COLONIZAÇÃO E MATERIALIDADE EM JOSÉ DE FREITAS – PI

COLONIZATION AND MATERIALITY IN JOSÉ DE FREITAS – PI

Darllison Alves Pereira
Mestrando em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Centro de Ciências da Natureza. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI.

Maria do Amparo Alves de Carvalho
Professora do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS em 2014.

RESUMO: Este trabalho apresenta uma pesquisa realizada no município de José de Freitas – PI sobre fazendas do período colonial, em uma perspectiva da Arqueologia Histórica, levantando informações arqueológicas e históricas sobre fazendas estabelecidas na região naquele período, as quais deram origem à cidade atual. Como metodologia utilizou-se da pesquisa bibliográfica e investigação em documentos, de entrevistas com pessoas da comunidade, visitas a locais de referência nas antigas fazendas, registros fotográficos e confecção de mapas. Dessa forma, este trabalho se apresenta como uma série de registros sobre os primeiros colonizadores, estruturas, informações orais, espaços arqueológicos e a confecção de mapas, que apresentam informações sobre o passado da comunidade do município de José de Freitas.
Palavras – Chaves: Piauí Colonial, José de Freitas, Arqueologia Histórica, Estudos de Fazendas.

ABSTRACT: This work presents research carried out in the municipality of José de Freitas – PI on its farms from the colonial period, from a Historical Archeology perspective, gathering archaeological and historical information about the farms established in the region in that period, which gave rise to the current city. The methodology used was bibliographical research and investigation into documents, interviews with people from the community, visits to reference sites on old farms, photographic records and the creation of maps. In this way, this work presents itself as a series of records about structures, oral information, archaeological spaces and the making of maps, which present answers about the past of the community in the municipality of José de Freitas.
Words – Keys: Colonial Piauí, José de Freitas, Historical Archeology, Farms Studies.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é o resultado de uma pesquisa sobre a cidade de José de Freitas-PI, desde a sua colonização até o fim da Batalha do Jenipapo, utilizando-se do viés arqueológico para esse propósito. Desse modo, a metodologia histórico-arqueológica foi utilizada como meio para alcançar os objetivos almejados. Toda pesquisa foi desenvolvida utilizando fontes arqueológicas e históricas, como os registros documentais, as estruturas arqueológicas, as entrevistas, a utilização de mapas, as informações pictóricas, entre outras (ORSER JR, 1992).

Para aprofundar esta pesquisa foi necessário conhecer um pouco do que é a "Arqueologia Histórica", que segundo Orser Jr, foi definida como:

> [...] o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continuam em ação até os dias de hoje. (ORSER JR, 1992, p. 23).

Como é possível observar na referida citação, a Arqueologia Histórica abrange o período das Grandes Navegações, que se iniciou a mais de quinhentos anos atrás e que impactou o Novo Mundo, principalmente pelo choque, encontro e interação de diferentes povos europeus, americanos e africanos. Este campo da Arqueologia vem se ampliando no Brasil desde os primeiros estudos iniciados na década de 1960, por professores institucionalizados (SYMANSKI, 2009).

Considerando as vertentes da Arqueologia Histórica, este trabalho se caracteriza por investigar aspectos relacionados a processos socioculturais (SYMANSKI, 2009) e apresenta dados sobre estratos da sociedade colonizadora. Dentre os autores pesquisados, se destacam Orser Jr (1992), Meihy (2015), Chaves (1998) e Carvalho (1994).

Este trabalho teve como um dos objetivos o levantamento do relevante patrimônio arqueológico, especificamente do período colonial, da cidade de José de Freitas, desde a colonização quando foram implantadas as fazendas de gado. É importante ressaltar a importância da realização desta pesquisa sobre essa cidade, em que se constatou a carência de pesquisas arqueológicas em um lugar que foi palco de alguns acontecimentos históricos, como a Balaiada e a Batalha do Jenipapo, como mencionada anteriormente

A coleta de informações e o registro de estruturas arqueológicas do passado são importantes vestígios para o conhecimento da sociedade, para que a mesma tome as precauções para a sua manutenção, preservação e que estas estejam disponíveis para o turismo local. Essas estruturas se desgastam com o tempo, seja por ações naturais ou por depredação antrópica. Com esta pesquisa se pode fazer contato com as tradições que estão se perdendo com o passar do tempo, tradições essas ligadas a heranças étnicas de diferentes lugares, como danças e objetos que fizeram ou fazem parte do cotidiano da comunidade local. Estes aspectos serão aprofundados em outro estudo.

O objetivo principal desse trabalho foi investigar, a partir da História Colonial piauiense, o município de José de Freitas, desde a sua colonização até o término da Batalha do Jeni-

papo, para compreender como ocorreu a colonização neste lugar, por quem e onde ficavam as fazendas.

Para este fim se tornou importante: investigar quais foram as fazendas estabelecidas na região, como funcionavam as atividades sociais e econômicas de cada uma, conhecer o perfil social das famílias dos colonizadores e alguns detalhes sobre estas famílias; investigar sobre as atividades econômicas que pertencem à história da cidade, herdadas do período colonial; realizar conversas com pessoas ligadas à história da cidade, registrar as suas memórias e através destas identificar as localidades onde estão estabelecidas as estruturas arqueológicas.

Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o período colonial do município de José de Freitas, com o trabalho de campo buscou-se conhecer algumas fazendas antigas, a influência da Igreja Católica, os cemitérios e outras estruturas, assim como as personalidades históricas que marcaram época. Foi realizada a investigação em mapas, sites, documentos, jornais, em diários e cartas, que registraram informações importantes.

Para esta pesquisa a Arqueologia se mostrou uma ferramenta de valorização e registro da história de grupos sociais diversos cuja identidade marcaram uma época (SYMANSKI, 2009). Desde a colonização europeia que os indígenas sofrem com a expulsão de suas terras e os negros com a escravidão e os maus tratos. As pessoas pobres continuaram a ser desqualificadas e desvalorizadas com o avanço de uma "civilização" europeia preconceituosa e racista, motivada pela busca e acúmulo de riquezas com a emergência do capitalismo comercial apoiado pelo cristianismo (ORSER JR, 1992).

Através da Arqueologia é possível um retorno ao passado através do estudo da identidade de comunidades e identificar: quem viveu nesse lugar, o grau de parentesco ente as pessoas, compreender como nasceram as cidades, porquê se adotou uma religião, determinados nomes dos lugares, dos rios e outras denominações. Várias outras perguntas podem ter sua resposta por meio desta ciência, as informações podem ser obtidas através dos artefatos, estruturas, arquitetura, informações orais, documentos escritos e imagens pictóricas, como já ressaltamos anteriormente (ORSER JR, 1992).

No Brasil esse campo de estudo é uma alternativa de escrita da história do ponto de vista dos que foram e ainda são marginalizados pela sociedade, os quais não possuíam o poder da narrativa, logo a história era contada e registrada pelas elites europeias, brasileiras, nordestinas, latifundiárias, que enxergavam os indígenas e escravizados africanos como pouco importantes, inferiores, empecilhos e ingênuos (SYMANSKI, 2009); (LITTLE, 2014); (ORSER JR; FUNARI, 2004); (JESUS, 2011). Aspectos estes que serão abordados em outa pesquisa. A Arqueologia Histórica pode ser incluída no debate dos processos sociais, na construção de ideias e na elaboração de críticas, como afirma Funari (2001):

> Entre as questões contemporâneas mais recorrentes na disciplina, devem mencionar-se os estudos sobre relações de poder, expressas na dominação e resistência, na desigualdade, em colonizadores e colonizados, dentre outros temas abordados na última década. O estudo da cultura material histórica permite, assim, conhecer as tensões sociais e a variedade de situações sociais vivenciadas. De forma crescente, contata-se uma insatisfação com os modelos

> normativos de cultura, cujos pressupostos de homogeneidade social não parecem encontrar respaldo nem nos estudos da cultura material, nem na teoria social contemporânea. (FUNARI, 2001, p. 37).

Os modelos normativos de cultura que Funari fala são aqueles que reafirmam o protagonismo das classes dominantes na história, porém, quando analisamos a mesma história através da cultura material e da história oral podemos observar diferentes pontos de vista (MEIHY, 2015) (SYMANSKI, 2009). Com o estudo destas questões sociais, são desenvolvidos modelos de interpretação para as atividades históricas dos diferentes grupos que participaram dos eventos coloniais, surgem então termos como hibridismo, resistência, emaranhamento, persistência, sobrevivência e etnogênese (SILLIMAN, 2022).

Para o desenvolvimento de estudos arqueológicos é necessário que o pesquisador estude a cultura material dos grupos sociais (DUNNELL, 2006), pois a Arqueologia é uma ciência que possui como característica estudar a cultura material destes grupos (LIMA, 2011), assim como trabalhar com outras áreas cientificas, dado o caráter interdisciplinar da Arqueologia, pois, como afirma Araújo:

> Não existe, atualmente, disciplina acadêmica mais interdisciplinar do que a Arqueologia. Além do aporte vindo das Humanidades, a Arqueologia é totalmente dependente das Ciências da Terra, da Biologia, da Física e da Química. Além disso, o montante titânico de dados produzidos por uma única etapa de escavação só pode ser analisado por meio de métodos estatísticos. A interdisciplinaridade é imprescindível no exercício da arqueologia, simplesmente porque não existe arqueologia "pura". (ARAÚJO, 2018, p. 300).

Como podemos observar na referida citação, é essencial que o arqueólogo utilize de outros campos científicos em seus estudos e isso se torna perceptível na Arqueologia Histórica, pois ela se utiliza de metodologias diversas que pertencem à Geografia, à Antropologia, à História e a outras áreas, assim como também se utiliza de diferentes modelos teóricos, como: "o Histórico-Cultural, a Arqueologia Processual e a Arqueologia Pós-processual" (GHENO; MACHADO, 2013, p. 167).

AS FAZENDAS COLONIAIS EM JOSÉ DE FREITAS – PI

A implantação de currais foi um método de povoação do sertão nordestino utilizado pelos colonos (MOTT, 2010). Segundo Brandão (1995) havia ainda outros fatores que contribuiriam para a colonização do interior nordestino através da pecuária:

> "[...] o crescimento da agromanufatura açucareira, que passou a exigir a ampliação da área canavieira, a intensificação do caráter monocultural da produção dos engenhos e a interiorização das atividades complementares como a pecuária e a cultura de subsistência. Foi ainda decisivo o desenvolvimento da atividade pastoril, verificado em decorrência do aumento do rebanho e do

> engajamento de pessoas desvinculadas da produção do açúcar." (BRANDÃO, 1995, p. 35).

Como enfatizada pela autora, acima citada, esses fatores contribuíram para a ocupação do interior nordestino, das áreas que ainda não estavam sobre o domínio dos senhores de engenho. O povoamento do Piauí ocorreu através do litoral, como afirma Costa (1974), o litoral piauiense já era área das missões cristãs antes da chegada dos homens da Casa da Torre e dos bandeirantes. A pecuária se tornou uma atividade econômica autônoma e o Piauí tornou-se o principal exportador de gado do nordeste, comercializando o gado com diversas outras capitanias no fim do século XVII (BRANDÃO, 1995). O solo arenoso e o clima semiárido fizeram com que os colonos procurassem sempre a proximidade com corpos d'agua, o que era essencial para a sobrevivência (PRADO JUNIOR, 1975) (MOTT, 2010).

Ao pesquisar sobre fazendas na América colonial, não apenas na América do Sul, mas também na América do Norte, precisamos entender que estes ambientes eram multiculturais, onde ocorria o contato entre diferentes culturas: americanas, europeias e africanas (ORSER JR, 1992), no Piauí não foi diferente.

Dentre estes espaços presentes nas fazendas, os quais podiam variar entre época e local, podemos observar os espaços denominados: Casa Grande, Senzala, entre outros, como observamos em Buarque de Holanda (1985):

> A construção rural era constituída pela casa-grande, atendendo à família e aos hóspedes; a casa-da-máquina, a casa de cozimento, os armazéns, o engenho, as senzalas, que serviam para suprir as necessidades relativas às imposições do trabalho; a capela, a consagrar a função religiosa inscrita no interior do grupo; enfim, todas as edificações necessárias que constituíam o modo de vida neste período. (BUARQUE DE HOLANDA,1985, p. 107 apud MEDEIROS, 2005, p. 38).

Na descrição acima é ressaltado alguns estabelecimentos próprios dos engenhos. No caso do Piauí existem outras particularidades relacionadas à pecuária como o Curral (MOTT, 2010), as Lavouras de Subsistência (BRANDÃO, 1995) e ainda os importantes corpos d'água, que podem variar entre Olhos d'Água, Brejos, Ribeiras e Alagadiços (PRADO JUNIOR, 1975).

É importante para este trabalho a compreensão da transformação do território piauiense durante o período colonial, especificamente sobre a administração do território. Em 1695 o território do Piauí foi desmembrado da Capitania de Pernambuco por Ato Régio (ALENCASTRE, 2005), que segundo Costa (1974) não houve execução. Em 1715 foi criado um alvará determinando que a jurisdição do território de Piauí, que era subordinado à Capitania da Bahia, ficasse pertencendo ao Estado do Maranhão. Este fato provocou disputa entre algumas capitanias para ter o controle da administração das terras piauienses (COSTA, 1974).

Em 1718 foi criado um alvará que elevou o território do Piauí, desmembrado do Maranhão, com a capital sediada na Vila da Mocha, porém esse alvará foi executado somente em 1758, quando o primeiro governador João Pereira Caldas foi nomeado e criada a capital Oeiras (ALENCASTRE, 2005) (COSTA, 1974).

Em 1761 as Freguesias do Piauí foram elevadas à categoria de Vilas (ALENCASTRE, 2005), as quais foram: a Vila de Parnaguá, Vila de Jerumenha, Vila de Valença, Vila de Marvão, Vila da Parnaíba, Vila de Campo Maior e a capital Oeiras, como mencionado (MOTT, 2010). Em 1772, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi dividido em dois governos independentes, com o Piauí fazendo parte do Estado do Maranhão (COSTA, 1974). A separação da administração única das duas capitanias, do Maranhão e Piauí, ocorreu somente por decreto régio em 10 de outubro de 1811 (ALENCASTRE, 2005), e assim se encontrava o território piauiense no período das lutas pela "Independência Brasileira".

Com a criação das Vilas a pecuária se expandiu. Algumas Vilas se tornaram mais prósperas em razão das pastagens naturais e das fontes de água, como foi o caso da Vila de Campo Maior, que abrangia várias fazendas, algumas das quais deram origem ao atual município de José de Freitas. No referido município três fazendas originadas no período colonial piauiense, ganharam fama: a Fazenda Boa Esperança, a Fazenda São Pedro e a Fazenda São Domingos (PEREIRA, 2023).

FAZENDA BOA ESPERANÇA

Os primeiros anos de colonização piauiense são marcados pelas guerras contra os indígenas de diversas etnias que viviam no interior nordestino (CHAVES, 1998). o Capitão Bernardo Carvalho de Aguiar foi o responsável por guerrear contra os indígenas do Baixo Parnaíba, conforme Costa (1974), onde ele ainda aparece como cabo, provavelmente, estaria ele em batalhas desde o Levante Geral dos Tapuias do Norte , ocorrida entre 1713 e 1721, substituindo o Mestre de Campo Antônio da Cunha Souto Maior, derrotado e morto na guerra (COSTA, 1974).

O senhor Manuel Carvalho de Almeida participou da guerra aos seus próprios custos nos dois lados do rio Parnaíba, ele era auxiliar imediato do Capitão Bernardo Carvalho de Aguiar (FERREIRA, 2011), até que em 1713, o governador geral da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, o senhor Christovão da Costa Freire, nomeou o senhor Manuel para o posto de "[...] comissário geral da cavalaria do Piauí, certamente pelo sucesso de suas guerras contra os índios aldeados no norte da capitania, na região conhecida hoje como Baixo Parnaíba", segundo Ferreira (2011, p. 141). Os prestígios adquiridos pelas suas vitórias tornaram o referido Comissário Geral da Cavalaria do Piauí alguém muito importante.

A importância do referido Manuel, assim como de muitas terras conquistadas dos indígenas provavelmente foram o motivo pelo qual Dom Francisco o escolheu para casar-se com sua filha, Clara da Cunha e Silva Castello Branco, observando que o senhor Manuel não possuía sobrenome de família nobre, então provavelmente o prestígio alcançado nas guerras o fez ser alguém importante a ponto de ser um pretendente para uma mulher da nobreza.

A propriedade da Fazenda Boa Esperança, ou o que daria lugar a ela, já estava em nome do senhor Manuel em 1697 (BASTOS, 1994 apud FERREIRA, 2011), provavelmente este local se tornou um ponto estratégico durante o Levante Geral dos Tapuias do Norte, pois este território apresenta características importantes no campo estratégico: os morros de onde se pode

observar uma vasta área e o olho d'agua de onde se podia reabastecer as tropas e saciar a sede dos animais.

O senhor Manuel Carvalho de Almeida nasceu na Freguesia de Videmonte, São João Baptista, Concelho de Linhares, já extinto, em Portugal, no ano de 1669 e faleceu em 1750 (FERREIRA, 2011). Ele era filho do senhor Belchior Gomes da Cunha e dona Izabel Rodrigues, se casou com Clara por volta de 1714 em São Luís – Maranhão e tiveram 9 filhos (FERREIRA, 2011) (CARVALHO, 1994).

O sobrenome do senhor Manuel, Carvalho de Almeida, seria algo adotado por ele ao chegar no Piauí e não indicativo de família, isto é visível quando se observa que na época as pessoas eram batizadas apenas com o seu primeiro nome e posteriormente, no casamento, se adotava o segundo nome.

A senhora Clara da Cunha e Silva Castello Branco (também assinado como Clara Castello Branco Cunha e Silva), nascida em Lisboa - Portugal, em 1685 (FERREIRA, 2011) e falecida estimadamente em 1760, na Freguesia de Santo Antônio do Surubim, que compreendia o local em que atualmente está a cidade de José de Freitas (PEREIRA, 2023).

A senhora Clara era filha de dom Francisco da Cunha Castello Branco (também assinado como Francisco de Castello Branco), nascido em 1660 (FERREIRA, 2011) e falecido estimadamente em 1732 (PEREIRA, 2023) que foi casado com Maria Eugenia de Mesquita, nascida em 1655 (FERREIRA, 2011), casamento que ocorreu em 1681, em Portugal, esposa essa que ele perdeu em um naufrágio entre 1696 e 1700 (CARVALHO, 1994), dessa esposa ele teve três filhas: Ana Castello Branco de Mesquita, Maria Monte Serrate Castello Branco (ou Maria Monserrate Castello Branco) e Clara da Cunha e Silva Castello Branco (FERREIRA, 2011).

Dom Francisco se casou novamente com Mercia de Monterroyo, em 1701, a qual deu à luz a um filho chamado Manoel Castello Branco (FERREIRA, 2011). Há um conflito de informações sobre o local de nascimento de Clara da Cunha e Silva Castello Branco, (FERREIRA, 2011), o local de seu nascimento aparece como Lisboa – Portugal, enquanto no documento da petição de confirmação de nobreza feito por Francisco da Cunha e Silva Castello Branco o local de nascimento de Clara aparece como Paraíba do Norte – Brasil (atual estado da Paraíba). Os pais de Dom Francisco da Cunha Castello Branco e Dom Pedro da Cunha Castello Branco são Dom Antônio Castello Branco da Cunha e Maria da Silva (FERREIRA, 2011, p. 29).

Dom Francisco foi tesoureiro real em Portugal e capitão de infantaria do Exército Português, com o título de capitão ele veio para o Brasil em 1693 com o objetivo de proteger a Guarnição de Pernambuco dos holandeses (FERREIRA, 2011), quando em 1696 foi ordenado que fosse para São Luís – Maranhão, onde sofreu um naufrágio perdendo a esposa e todos os seus bens. Em São Luís ele viveu o resto de sua vida como Capitão de Infantaria, ele recebeu sesmaria na Freguesia de Santo Antônio do Surubim de Campo Maior, porém não há nenhum registro sobre sua vinda ao Piauí (FERREIRA, 2011) (CARVALHO, 1994).

Provavelmente a família Castello Branco conseguiu várias sesmarias através da influência do senhor João Abreu de Castello Branco, estes homens influentes eram os que conseguiam as sesmarias. Ferreira (2011) cita seu nome:

> Em nome de Manuel Carvalho de Almeida e de sua esposa, Clara da Cunha e Silva Castello Branco [primeira do nome], foram requeridas e as sesmarias São Pedro e Boa Esperança respectivamente, em terras onde haviam instalado suas fazendas. Receberam em 03-08-1741, por intermédio do governador e capitão-geral do estado do Maranhão, João Abreu de Castello Branco, as datas concedidas pelo governo de Portugal. Nelas está hoje localizado o município de José de Freitas, antes Livramento. (FERREIRA, 2011, p. 141).

O referido senhor João Abreu Castello Branco foi governador da Província do Maranhão e Grão-Pará na mesma época em que Clara e sua família conseguiram as sesmarias (FERREIRA, 2011) (COSTA, 1974), inclusive se pode observar seu nome nas cartas de sesmaria doadas à família de Clara, o que seria uma espécie de nepotismo. Um fato interessante sobre esta família é a sua linhagem passada através das mulheres, pois Dom Francisco não deixou filhos homens e mesmo assim, a maior parte dos seus netos tiveram o sobrenome "Castello Branco".

O senhor Manuel Carvalho de Almeida, Comissário Geral da Cavalaria do Piauí, casado com Clara da Cunha e Silva Castello Branco, aparentada com o senhor Francisco da Cunha Mesquita (PEREIRA, 2023), adquiriram os três, por meio de carta de sesmaria, uma área de aproximadamente cinquenta mil hectares (PEREIRA, 2023) que foi dividida em três fazendas e partilhada entre os seus familiares, a fazenda Boa Esperança ficou no nome de Clara da Cunha e Silva Castello Branco, a fazenda São Pedro ficou no nome do senhor Manuel Carvalho de Almeida e a fazenda São Domingos ficou em nome do senhor Francisco da Cunha Mesquita, na vasta região que vai do rio Marataoan até próximo ao rio Parnaíba (PEREIRA, 2023).

A carta de sesmaria de Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, confirmada no dia 03/08/1741, descreve a terra a ser ocupada como uma data de três léguas de comprimento e uma de largura em um sítio chamado Boa Esperança. A referida carta nos apresenta informações sobre as suas medidas: que fazendo peão em volta da casa, uma légua para norte, uma para o sul e uma légua de largura por todo comprimento, em um local situado nas cabeceiras do rio Marataoã onde poderia utilizar toda terra útil para criar gado. O local escolhido pelo senhor Manuel e Clara para a instalação da fazenda foi entre um morro, que mais tarde seria chamado de Morro do Fidié e um olho d'água, na atual cidade de José de Freitas (TITO FILHO, 1978). Ferreira afirma, que:

> Essa fazenda [Boa Esperança] foi fundada no primeiro quartel do século XVIII, nas nascentes do rio Marataoã, formador do Longá, e sua casa-grande foi construída no lugar que mais tarde daria origem à cidade de Livramento, atual José de Freitas. (FERREIRA, 2011, p. 141).

A Casa Grande ou Sede da fazenda se localizava onde hoje é o espaço ao lado da igreja de Nossa Senhora do Livramento, sua frente ia em direção ao olho d'água e suas costas para o morro (PEREIRA, 2023). Ao lado da Casa Grande se encontrava a capela de Nossa Senhora do Livramento, a qual era ligada à Casa Grande (PEREIRA, 2023); (BORGES, 1878). Esta Casa Grade segundo o jornalista Borges (1878) era assobradada e possuía grandes acomodações. O mesmo jornalista ainda fala sobre o uso desta casa como moradia pelo padre Francisco Serafim

de Assiz, que já havia falecido no mesmo ano de 1878, provavelmente a Casa Grande também acolhesse os sacerdotes da capela.

A senhora Maria José Alves Pereira Ferreira relatou sobre sua infância nos anos de 1960- 1970, período em que a água do olho d'agua, da piscina natural, ainda era usada pela população para lavar roupa, ela relembra sobre a beleza dos lajedos em que a água corria. Neste local, segundo ela, as pessoas da região se juntavam para lavar roupa e tomar banho. Atualmente o local foi modificado por meio de obras e transformado em um clube de lazer, resta apenas a piscina localizada no local da fonte.

Segundo o historiador José da Cruz Oliveira Filho (PEREIRA, 2023), os portugueses eram propagadores da fé cristã e logo após se assentarem em uma região, tratavam de construir uma capela para praticar a religião católica, então esta santa foi escolhida para ser homenageada por conta de uma promessa paga por Clara da Cunha e Silva Castello Branco, no período em que seu marido, o senhor Manuel Carvalho de Almeida foi para a guerra liderada por Mandu Ladino. Ainda no contexto do Levantamento Geral Dos Tapuias Do Norte, que ocorreu entre 1713 e 1721 (COSTA, 1974), o senhor Manuel teve que deixar sua mulher com seus filhos em casa para ir à guerra, ela, com temor de sua vida e da vida de seu marido, fez a promessa a Nossa Senhora do Livramento desejando a proteção de sua família em troca da construção da capela. Segundo Ferreira (2011, p. 141) "A capela adjunta à casa-grande foi construída provavelmente em 1740".

Após o falecimento do casal fundador, uma das suas filhas tornou a capela pública para os parentes que viviam nas redondezas, se tornando também o local de sepultamento do casal fundador e dos demais parentes (PEREIRA, 2023); (CARVALHO, 1994). Posteriormente seria também o local de sepultamento de padres e de membros da elite desta região até a construção do cemitério São José, também conhecido como "Cemitério dos Ricos", já no século XIX (PEREIRA, 2023).

Segundo Prado Junior (1975), as fazendas implantadas no sertão nordestino seguiam o padrão para o ambiente semiárido, construídas com arquitetura vernacular, de maneira rápida no período da colonização. Prado Junior (1975) ainda fala sobre a construção vernacular nordestina, marcada pelo uso da carnaúba, e ressalta que:

> [...] Levantada uma casa, coberta em geral de palha — são as folhas de uma espécie de palmeira, a carnaubeira, muito abundante, que se empregam —, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em ruga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo. (PRADO JÚNIOR, 1975, p.29).

A referida citação indica que era rápida a edificação dos estabelecimentos, utilizando materiais próprios do ambiente. Segundo Borges (1878), tanto a casa quanto a capela da Fa-

zenda Boa Esperança eram de taipa e, ainda segundo o mesmo autor, não havia pedreiros nesta região do Piauí.

Através desta pesquisa se pode observar que os espaços que constituíam a Fazenda Boa Esperança eram: a Casa Grande (PEREIRA, 2023); o Curral (MOTT, 2010); a Senzala (MOTT, 2010); o Morro (PEREIRA, 2023); o Olho d'Água (PEREIRA, 2023); a Capela (CARVALHO, 1994); a Lavoura de Subsistência (BRANDÃO,1995) e a Casa de Forno (PEREIRA, 2023). Provavelmente havia também o Pelourinho, devido ao contexto escravista da época (MOTT, 2010).

Por volta de 1760 houve a primeira reforma da capela pelo senhor João Borges Leal Castelo Branco, morador da Fazenda São Pedro (BORGES, 1878). O jornalista Borges (1878) afirma que o senhor Francisco da Silva Castello Branco, ainda no fim do século XVIII pediu a seu sobrinho o Conego Antônio Borges Leal Castello Branco, que residia na Bahia, pedreiros para reformar a capela. Segundo o referido autor, o Conego mandou o pedreiro Francisco Felix:

> [...] adiantando-lhe 60:000 reis, moeda forte, para as dispesas da sua viagem; o qual chegando ao logar do seu destino, concluio os serviços da capella, pela quantia de 162:300 reis, que recebeo dos herdeiros de Francisco da Cunha, por que este falleceo antes de concluir-se os serviços. (BORGES, 1878, p. 2)

Além destes reparos na capela, Estevão Lopes de Castello Branco casado com Anna Marques fez ainda mais reformas posteriores (FERREIRA, 2011). Um dos descendentes do casal pioneiro tornou a capela pública para os outros parentes que vivam no entorno da região. Carvalho (1994), relata que esse descendente seria a senhora Francisca do Monte Serrate Castelo Branco, pois ela teria herdado a capela, embora o jornalista Borges (1878) afirmasse que essa descendente fosse Francisca Mesquita Castelo Branco.

A mesma capela teve a sua frente reconstruída, de frente voltada para o morro, direção para o sol nascente, em 1899 e depois foi iniciada uma obra em 1909 que terminou em 1915 conduzida pelo padre José Paulino de Miranda, da paroquia de União (CARVALHO, 1994).

Em 1760, Francisca Mesquita Castello Branco e o senhor Domingos Fernandes Barbosa, que residiam na fazenda Estanhado onde hoje está situada a cidade de União, herdaram a casa da fazenda Boa Esperança, porém decidiram construir outra casa para si. Segundo Fernando de Almendra Freitas, atual morador da cidade, próximo à igreja, porém do outro lado da rua, em torno de cinquenta e cinco metros de distância de onde hoje é a igreja, a referida casa foi local de nascimento de muitos membros da elite piauiense, casa essa destruída no ano de 2022, pois a família resolveu vendê-la e a prefeitura não fez questão de preservá-la para transformá-la em museu (PEREIRA, 2023). Costa (1909), entretanto, diz que a casa construída por Domingos Fernandes estava situada no mesmo local da antiga, ao lado da igreja.

> Instalando-se na fazenda Boa Esperança, Domingos Fernandes mandou demolir sua casa-grande, que fora construída por Manuel Carvalho de Almeida [v. 41.101]. Tratava-se de uma edificação de taipa, tal como a famosa capela da fazenda — conhecida como a "capela do Livramento" —, contígua à casa-grande. Ali, no mesmo local, Domingos Fernandes ergueu uma outra casa para sua

> moradia. A capela de Nossa Senhora do Livramento, contudo, foi poupada da demolição quando da partilha dos bens deixados pelos pais de Francisca, tendo sido legada a outros filhos. (COSTA, 1909, p. 341 apud FERREIRA, 2011, p. 294).

É notável na citação que a casa e a capela eram contíguas, ou seja, unidas uma à outra, segundo o autor. Não há certeza, porém, se a nova construção, feita por Domingos Fernandes, possuía esta mesma característica, como a capela não era mais propriedade apenas do proprietário da casa, mas agora de todos os irmãos, é possível que a igreja fosse separada da Casa Grande. A imagem a seguir (figura 1) apresenta a atual Igreja de Nossa Senhora do Livramento, a qual provavelmente se encontra no mesmo local em que a capela foi construída no período colonial.

Figura 1: Frente da Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

Uma paroquia foi criada em 20 de julho de 1874, através da lei provincial número 873, chamada Paroquia de Nossa Senhora do Livramento (TITO FILHO, 1978). A igreja ainda passou por reformas de 1950 a 1951, conduzidas pelo Padre Tarcísio Felix da Cruz e entre 1915 e 1950 a igreja passou a ser de concreto. Nos anos seguintes, ocorreram várias pequenas reformas conduzidas pelo Padre Deusdedith Craveiro de Melo até 1986 (CARVALHO, 1994).

Em 1993 o Padre Raimundo Nonato Duarte conduziu mais reformas na igreja (CARVALHO, 1994). Todas essas reformas indicam que o material da igreja atual não corresponde a igreja original, tanto por ser ela originalmente de taipa como por, segundo José da Cruz Oliveira Filho, professor da cidade, serem descartados os materiais antigos.

Segundo Borges (1878) foram sepultados abaixo da capela os fundadores Manuel Carvalho de Almeida e Clara da Cunha e Silva Castello Branco; Miguel de Souza Borges Leal Castello Branco; Maria de Jesuz Castello Branco e ainda vários outros membros da família Castello Branco.

FAZENDA SÃO PEDRO

A carta de sesmaria da Fazenda São Pedro é a mais antiga das três primeiras fazendas de José de Freitas, a confirmação da data e sesmaria é de 14/04/1741. Segundo a carta, o tamanho do terreno informado é de três léguas de comprimento e uma de largura, que lhe foi concedido nas cabeceiras do riacho chamado Salgado, com uma légua de largura por todo o cumprimento fazendo peão, para o norte uma légua e meia e para o sul uma légua e meia. Segundo o professor José da Cruz Oliveira Filho:

> A Fazenda São Pedro era de Antônio Borges Leal Castelo Branco que era casado com a filha de Emanuel Carvalho de Almeida chamada Clara, segunda no nome. Essa fazenda tinha muitos engenhos, muita água, tinha um poço de uma vertente de água chamada caixão, até hoje nos períodos de seca, vão para o caixão buscar água nas cargas. A sede da fazenda era muito grande, de dois andares e de pedra, inclusive eles que receberam de herança a fazenda Boa Esperança. Francisca da Cunha Castelo Branco filha de Emanuel Carvalho de Almeida que era esposa de Domingos Fernandes, um português dono da fazenda Estanhado que deu origem a União na beira do rio Parnaíba, essa dona Francisca herdou a capela e determinou que a capela fosse um centro pertencente a toda parentela da redondeza onde os parentes se juntavam para comemorar e fazer o festejo, em 1760, ela recebeu a capela como templo público. (PEREIRA, 2023, p. 43).

A referida citação apresenta informações importantes sobre os primeiros proprietários da fazenda: o senhor Antônio Borges Leal Castello Branco e sua esposa Clara da Cunha e Silva Castello Branco II, ainda no século XVIII. Segundo a citação a Sede da fazenda possuía dois andares e era construída em pedra. Este tipo de construção pode ter sido adotado em algum momento posterior, pois observamos em autores como Borges (1878) e no relato do entrevistado Fernando de Almendra Freitas que inicialmente as construções eram feitas em taipa por não havia pedreiros nesta região na época e talvez por ser mais abundante o material construtivo e rápido este tipo de construção.

Este ramo da família Castello Branco: os Borges Leal Castello Branco foram os proprietários desta fazenda, pelo menos durante o século XVIII, como visto em Ferreira (2011), o herdeiro da Fazenda São Pedro foi Miguel de Souza Borges Leal Castello Branco.

Sobre as fontes de água, fundamentais para a instalação das fazendas no interior nordestino (PRADO JUNIOR, 1975), existem na Fazenda São Pedro, além do Riacho Salgado citado na sua carta de sesmaria, o Riacho do Comandante (PEREIRA, 2023); o Poço do Caixão (PEREIRA, 2023) e mais dois olhos d'água (CARVALHO, 1994).

Como visto anteriormente, esta fazenda provavelmente seguia o modelo dos espaços que constituíam as fazendas coloniais do Piauí: a Casa Grande (PEREIRA, 2023); o Curral (MOTT, 2010); a Senzala (MOTT, 2010); a Lavoura de Subsistência (BRANDÃO, 1995) (PEREIRA, 2023); a Casa de Forno (PEREIRA, 2023); o Pelourinho (MOTT, 2010).

No provável local atual onde se encontrava a Casa Grande desta fazenda, é possível

notar uma pequena elevação no terreno, indicando uma possível área de construção, além de ser uma área aberta com palmeiras em seus arredores. Ao investigar o solo do local foram identificados vestígios de construções como tijolos e telhas, em visita realizada ao local no dia 08/03/2023, como é possível observar na imagem a seguir (Figura 2):

Figura 2: Fragmento de Telha.

Fonte: Pereira, 2023.

Além dos fragmentos de telha e de tijolos identificados no local, também foram identificadas algumas fontes de água: o Riacho do Comandante e um rio próximo ao local que seria a sede da fazenda. Hoje o Riacho do Comandante está situado no município de União, uma área de fronteira com o município de José de Freitas. Há também nas proximidades dois cemitérios, o Cemitério do Tapuio e o Cemitério do Angelim, sobre os quais não se sabe quando foram fundados. Porém é possível que os cemitérios tenham sido fundados no século XIX, porque foram identificadas lapides deste século nos locais, em visita realizada no dia 08/03/2023.

É possível observar uma cruz próxima à entrada do Cemitério do Tapuio com pedras em seus pés, ao seu lado existem resquícios de um pequeno muro de pedra com lápides dentro, indicando que ali seria a parte mais antiga do cemitério. O outro cemitério próximo a antiga Fazenda São Pedro é o Cemitério do Angelim, é um cemitério maior e mais distante da sede da fazenda. No mesmo se pode observar estruturas e túmulos do Período Imperial do Brasil. Na imagem a seguir (Figura 3) será apresentado um mapa com as localidades identificadas da Fazenda São Pedro.

Figura 3: Mapa da Fazenda São Pedro e Proximidades.

Fonte: Ferreira, 2023.

O mapa apresentado (Figura 3) torna possível observar os locais próximos à fazenda que foram identificados. Nota-se que alguns locais estão, atualmente, situados no município de União.

FAZENDA SÃO DOMINGOS

Segundo a carta de sesmaria da data São Domingos, ela foi documentada em nome de Dom Francisco Gomes de Mesquita em 20/07/1742. No documento consta o tamanho de três léguas de cumprimento e uma de largura, próximo a ribeira do rio Parnaíba, em uma área fazendo peão nas cachoeiras dos três riachos: do Cavalo, do Periperi e da Gameleira que tem como vertente a ribeira do rio Parnaíba, correndo do seu cumprimento, do nascente para o poente, fazendo divisa com as fazendas Boa Esperança e São Pedro ao norte. A carta foi registrada no nome de Francisco Gomes de Mesquita, que pelo sobrenome, é possível perceber o seu parentesco com Clara da Cunha e Silva Castello Branco, sobre este parentesco Ferreira (2011) afirma que:

> No Arquivo Público do Estado do Piauí foi encontrada uma carta de sesmaria concedida a Francisco Gomes de Mesquita, passada em 24-07-1742, de um sítio chamado São Domingos, localizado a cerca de 12 quilômetros da vila do Livramento (atual José de Freitas), na região onde se localizava uma sesmaria concedida a Manuel Carvalho de Almeida [v. 41.101] e esposa, Clara da Cunha Castello Branco, filha de Maria Eugênia de Mesquita. Francisco Gomes de Mesquita provavelmente era irmão ou sobrinho de Maria Eugênia de Mesquita; por conseguinte, podemos concluir que Clara da Cunha Castello Branco passou a ser proprietária do referido sítio-fazenda São Domingos mediante doação ou venda por parte de seu parente. Certamente o sítio-fazenda São Domingos foi herdado de seus pais por Luiz Mariz Castello Branco. (FERREIRA, 2011, p. 266).

Segundo Ferreira (2011) a Fazenda São Domingos foi herdada dos seus pais por Luiz Mariz Castello Branco, seus pais segundo o referido autor, eram o senhor Francisco da Cunha e Silva Castello Branco, casado com Anna Rosa Pereira Tereza do Lago. Os pais do senhor Francisco da Cunha e Silva Castello Branco eram Clara da Cunha e Silva Castello Branco e o senhor Manuel Carvalho de Almeida (FERREIRA, 2011).

Após o casamento entre Jacob Manuel d'Almendra (??/05/1796 a 24/08/1859)) e Lina Clara Castello Branco (1799 a 25/09/1868), a qual era filha de Luiz Mariz Castello Branco, ele passou a possuir a Fazenda São Domingos como dote de casamento, realizado em 1820 (FERREIRA, 2011). Assim se encontrava a Fazenda São Domingos no final do período colonial piauiense.

Provavelmente essa fazenda, no período colonial, seguia o modelo dos espaços que constituíam as fazendas coloniais do Piauí: a Casa Grande (PEREIRA, 2023); o Curral (MOTT, 2010); a Senzala (MOTT, 2010); a Lavoura de Subsistência (BRANDÃO, 1995); a Casa de Forno (PEREIRA, 2023) o Pelourinho (MOTT, 2010); além dos riachos citados na carta de sesmaria: Riacho do Cavalo, do Periperi e da Gameleira. Segundo Carvalho (1994) há três olhos d'água na Fazenda São Domingos.

Como visto em Barbosa (1984) esta fazenda se tornou uma das mais importantes do Piauí durante o Período Imperial Brasileiro e houve mudanças nos seus espaços, porém, este trabalho se limita a investigar esta fazenda apenas no período colonial. Em visita realizada no dia 08/03/2023 foram identificados alguns locais, como a Casa Grande da fazenda (Figura 4).

Figura 4: Casa Grande da Fazenda São Domingos:

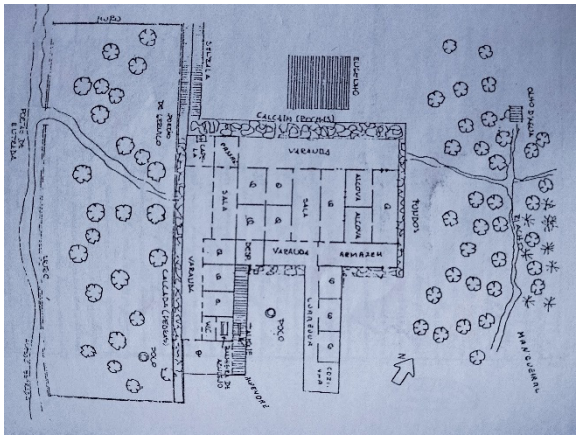
A figura 4 exibe a Casa Grande atual da fazenda São Domingos, esta estrutura é recente segundo a comunidade que vive no assentamento construído próximo ao local, foi construída em 2010, pois a casa original desmoronou por conta do abandono.

Como visto anteriormente neste capítulo as Casas Grandes construídas no período co-

lonial eram de taipa, então se conclui que esta estrutura é mais recente. Foram encontrados no solo ao redor da dita estrutura resquícios do piso da casa, indicando que ela foi maior que a casa atual.

A Casa Grande possui cômodos grandes, os quais a vegetação invadiu, além dos morcegos, dado o estado de abandono do local, existem também plantas sobre os vestígios arqueológicos dentro e fora da casa. A Casa Grande, em seu interior, não possui todas as portas e janelas e não há informações sobre a utilidade de cada cômodo. A figura 5 exibe a planta baixa da Casa Grande e outros espaços, como a senzala, o riacho e o manguezal.

Figura 5: Planta Baixa da Casa Grande e Arredores.



Observa-se nesta planta, importantes informações que ajudam na compreensão do espaço: as legendas nos cômodos e na área externa da casa, além das legendas de locais mais distantes da casa. A área ao redor da estrutura apresenta o maior número de corpos d'água próximos, em relação às outras duas fazendas, como os poços, os quais dois foram identificados, a imagem a seguir apresenta um deles (Figura 6).

Como é possível observar (Figura 6), o poço está na altura do solo, ele é muito menor em relação ao outro poço observado na fazenda. Como este poço se encontra distante da Casa Grande, é provável que ele tenha sido usado para atender as necessidades dos animais e para uso dos escravizados. Como o local é rico em fontes e nascentes de água, existem vários minadou-

ros, ou fervedouros e em alguns casos essas nascentes receberam revestimentos com calçadas de pedras e foram protegidas, como se supõe que tenha ocorrido onde se percebe um reservatório, como uma piscina. É um minadouro permanente. De acordo com as informações obtidas pelas pessoas da comunidade, os proprietários utilizavam este local para banho e lazer.

O poço cacimbão está situado no quintal interno da casa grande, o que fica claro que ele abastecia a casa. Este poço é bem diferente em tamanho e profundidade dos demais existentes na fazenda. Percebe-se que ele é calçado em rochas, popularmente conhecido como pedra de jacaré e pedras de cantaria, além de possuir uma borda de proteção elevada. É possível observar que os tijolos interiores são diferentes ao decorrer da altura que estão. Toda esta estrutura encontra-se coberta pela vegetação e ainda possui água em seu interior. Como está próximo à Casa Grande, é possível que tenha sido usado para abastecer a casa.

Na área externa próxima à casa foram encontradas telhas amontoadas, elas possuem formato irregular, o que indica que sua fabricação pode ter sido proveniente de trabalho escravo. As telhas estão situadas próximas à Casa Grande, indicando que foram retiradas da dita casa ou colocadas ali após sua fabricação. A figura 7 apresenta um prego de ferro irregular encontrado próximo a Casa Grande.

Figura 7: Prego irregular.

Este prego pode ter sua produção relacionado ao trabalho escravo, visto que não se utilizam mais pregos deste tipo. As feições irregulares presentes nele indicam que ele foi produzido de forma manual. A figura 8 apresenta fragmentos de faiança encontrados próximos a Casa Grande.

Figura 8: Fragmentos de faiança.

O local apresenta muitos vestígios de faiança na área do entorno da Casa Grande, há também telhas, em bom estado de conservação que foram retiradas da antiga casa e que a comunidade utiliza. Estes vestígios, encontrados em toda área próxima à Casa Grande indica o potencial da pesquisa arqueológica no local. O local onde a fazenda está situada exibe uma área ampla com estruturas e fontes de água. Atualmente existe um assentamento do INCRA na região, onde a comunidade sonha em ver a Casa Grande da antiga fazenda conservada e pronta para o uso da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou aspectos da história de José de Freitas que compreende desde a colonização até à Batalha do Jenipapo, pelo viés da Arqueologia Histórica em que se buscou estudar aspectos culturais e sociais da cidade. A pesquisa combinou fontes arqueológicas e históricas, destacando a necessidade de preservação das estruturas arqueológicas locais e promoção o turismo responsável e sustentável. A investigação registrou memórias que enriquecem a identidade da comunidade e preencheram lacunas significativas na historiografia regional como forma de incentivar futuras pesquisas.

Entrevistas com membros da comunidade evocaram memórias e experiências não documentadas, fundamentais para compreender a riqueza cultural da cidade de José de Freitas. A metodologia da História Oral, conforme Meihy (2015), evidenciou aspectos valiosos sobre a vida nas fazendas, as relações sociais e os eventos históricos que moldaram o município. A participação dos colaboradores foi essencial para o sucesso da pesquisa, oferecendo uma visão profunda sobre a história local.

A análise das fazendas Boa Esperança, São Pedro e São Domingos, com suas dimensões territoriais e estruturas típicas das propriedades rurais coloniais, evidenciou a importância econômica e social dessas fazendas, embora a pesquisa não tenha sido suficiente para evidenciar com maior clareza o trabalho escravo, mas há evidência de que ele foi intensamente utilizado nesta paragens. A produção nas fazendas e a expansão da pecuária não seria possível sem o

uso do trabalho escravizado. A investigação arqueológica encontrou vestígios que mostraram a evolução das infraestruturas e a autossuficiência das propriedades. A preservação desses sítios históricos é crucial para entender a história regional e nacional, promover a conservação e valorização das tradições e memórias que constituem a essência de José de Freitas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. *A arqueologia como paradigma de ciência histórica e interdisciplinar*. Estudos Avançados, v. 32, p. 285-308, 2018.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, Histórica e Corografia do Piauí*. Teresina, Comepi e R. IH. G Brasileiro, v. 20, p. 857.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *A Casa Grande de São Domingos*. Teresina, EDUFPI, 1984.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BORGES, Miguel. *Biographia do Conego Antônio Borges Leal Castello Branco*. A Imprensa, Teresina, ano 14, ed. 00573, p. 2, 1878. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=”capela%20do%20livramento”&pagfis=1526. Acesso em: 1 de jan. 2023.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico, v. 2, 1985.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARTA DE SESMARIA DA FAZENDA BOA ESPERANÇA. Disponível em: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/Terras-war/visualizarImovel.xhtml?vImovel=52766. Acesso em: 12/10/2024.

CARTA DE SESMARIA DA FAZENDA SÃO DOMINGOS. Disponível em: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/Terras-war/visualizarImovel.xhtml?vImovel=52851. Acesso em: 12/10/2024.

CARTA DE SESMARIA DA FAZENDA SÃO PEDRO. Disponível em: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/Terras-war/visualizarImovel.xhtml?vImovel=52820. Acesso em: 12/10/2024.

CARVALHO, Pastora Lopes de Lima. *José de Freitas: Passado e Presente*. José de Freitas, 1994.112 p.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. V. II. Rio de Janeiro: Editora Artenova S. A., 1974.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. *Obra completa*. Prefácio: Teresinha Queiroz – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2 ed. 1998. 639

DUNNELL, Robert C. *Classicação em Arqueologia*. trad. Astolfo G. M. Araujo. Systematics in Prehistory. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 264 p.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*: Os Castello Branco. 1. ed. Garulhos, sp : abc Editorial, v. 5. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo A. *A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial*. Revista de História Regional, 2001.

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *Arqueologia Histórica–Abordagens*. História: Questões & Debates, v. 58, n. 1, 2013.

JESUS, Zeneide Rios de. *Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito*. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 2011.

LIMA, Tania Andrade. *Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, p. 11-23, 2011.

LITTLE, Barbara. *Povos com História: Uma revisão da arqueologia histórica nos Estados Unidos*. Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 8, n. 2, p. 122-165, 2014.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. *Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe*. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: com o fazer, com o pensar*. 2. ed., 4 a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*. 2 edição. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada no Piauí*. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985. 162 p.

ORSER JR, Charles E.; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Introdução à arqueologia histórica*. Oficina de Livros, 1992.

ORSER JR, Charles; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia da resistência escrava*. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 1, n. 2, p. 11-26, 2004.

PEREIRA, Darllison Alves. *José de Freitas: colonização, conflito e materialidade*. 2023. 220 f.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. Editora brasiliense, 1978.

SILLIMAN, Stephen W. *Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas*. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 19, n. 37, p. 26-54, 2022.

SYMANSKI, L. C. P. *Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão os últimos vinte anos*. Ed: Annablume/Acervo. 2009.

TITO FILHO, José de Arimathéa. *José de Freitas: comunidade exemplar*. Teresina: COMEPI, 1978. 24 p.